

Preconceito contra
homossexualidades:
A hierarquia da invisibilidade



EDITORA AFILIADA

Conselho Editorial de Educação:

José Cerchi Fusari
Marcos Antonio Lorieri
Marli André
Pedro Goergen
Terezinha Azerêdo Rios
Valdemar Sguissardi
Vitor Henrique Paro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prado, Marco Aurélio Máximo

Preconceitos contra homossexualidades : a hierarquia da invisibilidade
/ Marco Aurélio Máximo Prado, Frederico Viana Machado. — 2. ed. —
São Paulo : Cortez, 2012. -- (Coleção preconceitos ; v. 5)

Bibliografia

ISBN 978-85-249-1897-1

1. Homossexualidade 2. Homossexualidade - Aspectos sociais 3. Pre-
conceitos I. Machado, Frederico Viana. II. Título. III. Série.

12-02916

CDD-305.90664

Índices para catálogo sistemático:

1. Preconceito contra homossexualidades :
Sociologia 305.90664

Marco Aurélio Máximo Prado
Frederico Viana Machado

Preconceito contra
homossexualidades:
A hierarquia da invisibilidade

2ª edição

 **CORTEZ**
EDITORA

PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUALIDADES

A hierarquia da invisibilidade (col. Preconceitos – v. 5)

Marco Aurélio Máximo Prado • Frederico Viana Machado

Capa: aeroestúdio

Preparação de originais: Ana Maria Barbosa

Revisão: Lucimara Carvalho

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2008 by Autores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo-SP

Tel. (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – junho de 2012

Sumário

Introdução.....	7
1. Homossexualidades e sociedade: tensões entre o público e o privado	11
2. Homossexualidades na história: alguns discursos sobre as sexualidades	28
3. Fragmentos de um campo de estudo: gênero, <i>queer</i> e diversidade sexual	43
4. Preconceito, invisibilidades e manutenção das hierarquias sociais	67
5. Entre o cotidiano e avenidas: movimentos sociais GLBTs	83
6. Para continuidades... ..	119
Referências bibliográficas.....	129
Glossário	141

Introdução

A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo a nossa identidade. Todavia, como veremos, esse jogo não se faz à margem da história; muito pelo contrário, ele se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o “eu” e o “outro”, o “eu” e o “nós”, o “nós” e o “eles”, enfim, acontece na troca reinterpretativa de significados e interações sociais e institucionais que criam posições sociais e, conseqüentemente, posições identitárias e políticas.

As sexualidades sempre participaram da estruturação das hierarquias sociais, fazendo parte do debate político. Vários historiadores e tratados bibliográficos que retomam os tempos históricos evidenciam a intensidade e os caminhos pelos quais as formas de sexualidades são e foram objeto de disputa, de controle social e individual, de emancipação ou violência contra a pessoa humana. O desafio deste livro é compreender como estas formas de significação da sexualidade se entrelaçam em um emaranhado visível e invisível no cotidiano de todos nós.

Uma vez que compreendemos que este debate é, por princípio, provisório e inacabado, apresentamos este livro que pretende

introduzir o leitor em um conjunto de literaturas, pesquisas e debates que não só abarcam os temas relativos à sexualidade e à orientação sexual,¹ mas também colaboram na construção de uma sociedade mais justa, dando visibilidade às formas de enfrentamento do preconceito sexual, participando ativamente do processo de democratização de nossa sociedade. Assim, nosso objetivo aqui não é discutir as homossexualidades como fenômenos isolados, mas sim a relação entre homossexualidades e a inferiorização social a que muitas pessoas estão submetidas cotidianamente, do ponto de vista público e político.

Podemos afirmar então que discutir as sexualidades envolve mais temas do que podemos abordar neste espaço, motivo pelo qual faremos um desenho circunscrevendo as formas de orientação sexual em torno das homossexualidades e as questões políticas e identitárias envolvidas nessas relações privadas e públicas na sociedade contemporânea, já que é a partir da politização das sexualidades que podemos observar o preconceito e os enfrentamentos em torno da visibilidade e dos direitos homossexuais.

Este livro que ora apresentamos está articulado em seis capítulos que objetivam sustentar o argumento de que o preconceito, como um mecanismo social, colabora e produz formas subalternas de cidadania e que o enfrentamento contra estas subalternidades exige um alargamento do campo do político.

O Capítulo 1 é a apresentação do argumento principal do livro ou o limite e a expansão do debate que ele enfoca. Introduzimos a discussão da homossexualidade no âmbito da política e, para tal, lançamos mão de dois conceitos fundamentais: o de política e o de identidade. Seu argumento principal é que a experiência homossexual tensiona os limites historicamente estabelecidos entre as experiências privada e pública nas sociedades atuais.

1. Embora muitas questões aqui discutidas sejam comuns, ressaltamos que as temáticas concernentes à identidade de gênero de travestis e transexuais carecem de reflexões específicas.

No Capítulo 2, para compreensão do lugar de subalternidade em que as homossexualidades estão inseridas, retomaremos os principais debates históricos sobre a diversidade sexual e alguns modelos de explicação da sexualidade humana. Serão apresentados alguns dos principais argumentos que posicionaram as homossexualidades no campo do debate público, seja científico ou moral. A partir daí, o leitor poderá seguir os nossos argumentos, os quais defendem que o preconceito é um instrumento importante na manutenção das hierarquias sociais. Em seguida, no Capítulo 3 apresentamos alguns fragmentos de importantes estudos sobre *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, que têm consubstancializado um campo de pesquisa e intervenção dos mais dinâmicos e criativos nas últimas décadas.

No Capítulo 4 explicitamos uma abordagem sobre o preconceito e a sua relação com a manutenção da subalternidade. Aqui a principal questão focada se baseia na ideia de que o preconceito, como um mecanismo psicológico e social, sustenta e é sustentáculo de formas de criminalização, classificação social e hierarquização das experiências da diversidade. No Capítulo 5 fazemos uma apresentação daquele que entendemos como um ator político fundamental no enfrentamento da inferiorização social a que homossexuais estão submetidos, além de ser, sem dúvida, um dos mais expressivos movimentos de enfrentamento do preconceito com relação à diversidade sexual: os movimentos GLBTs. Fazemos uma rápida apresentação da emergência deste ator político e das novas configurações político-culturais que, através da ação social de inúmeros grupos, organizações não governamentais e movimentos sociais, se evidenciam atualmente como um importante agente de democratização do espaço público brasileiro. E, por fim, mas sem conclusões, indicamos uma lista de recursos para a continuidade dos estudos sobre as diversas problemáticas que envolvem atualmente as homossexualidades.

O leitor aqui não é só convidado a navegar pelas palavras e pensamentos dos autores, mas é também convocado a reescrever

nossas posições, criticá-las e, portanto, dialogar conosco, pois o enfrentamento do preconceito e a democratização das hierarquias sexuais não se dão somente por consensos científicos ou aparatos legais, mas sobretudo pelo fomento de uma nova cultura política embasada na conscientização social dos indivíduos participantes de determinada comunidade política.

Tomando este livro como um início desse diálogo, não poderíamos deixar de agradecer a participação de muitas pessoas que aqui iniciaram esta trajetória conosco, seja pela experiência que publicizam como militantes homossexuais, seja pela colaboração imediata às principais ideias de nosso trabalho. Agradecemos aos militantes GLBT da cidade de Belo Horizonte, pois eles não nos permitem descansar nas carteiras do mundo acadêmico. Aos alunos do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política (NPP) e do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH) da UFMG, que não nos permitem acalmar em nossa militância. Ao CNPq e à Capes, que colaboraram para a realização de pesquisas sobre esta temática, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais que tem sido uma importante parceira neste percurso.

Dedicamos este trabalho a todos aqueles que lutam pela dignidade GLBT em todos os âmbitos da vida social e a recolocam no âmbito da política como uma denúncia à hierarquia criada pela invisibilidade. Ainda nos cabe agradecer a algumas pessoas pela inestimável colaboração: Carlos Arão Martins de Araújo, Cláudia Mayorga, Cornelis van Stralen, Cristiano Rodrigues, Eloíza Lagaris, Frederico Alves Costa, Manuela de Sousa Magalhães, Marco Antonio Torres, Otacílio de Oliveira Junior e Vanessa Andrade de Barros. Agradecemos o cuidado da Editora Cortez e dos responsáveis por esta Coleção.

Capítulo 1

Homossexualidades e sociedade: tensões entre o público e o privado

Baseado nas lógicas de *superiorização e inferiorização* dos grupos sociais, o espaço público no Brasil tem se caracterizado como hierarquizado e autoritário (Chauí, 2000; 2007). Este é um tema bastante amplo para aprofundarmos aqui, mas que se torna relevante na medida em que esta lógica de hierarquização segue uma cadeia de valores hegemônicos que contribuirá para o posicionamento dos sujeitos homossexuais em lugares de subalternidade, ainda que estes lugares estejam disfarçados muitas vezes pela lógica da excentricidade e pelo preconceito.

O que importa revelar é que, segundo dados disponíveis no Brasil, ainda se mata mais homossexuais do que em todos os outros países do mundo (Mott, 2000a; 2002). Desse modo, a lógica da superiorização e da inferiorização dos grupos sociais se traduz em um *conjunto de práticas sociais* capaz de inserir pública e socialmente determinadas categorias sociais de formas subalternas em nossas sociedades.

Para abarcar os dilemas de nosso tempo, é necessário compreendermos a pluralidade das sexualidades e das orientações se-

xuais e suas implicações políticas, que ensejam infundável debate e lutas sociais contundentes em torno da politização da vida sexual e da sexualização da vida pública de uma sociedade. Não foi por acaso que as sexualidades se transformaram em objeto de luta política e social no Brasil dos últimos anos, mas possivelmente porque formas de subordinação foram construídas através da distinção entre orientações sexuais. Tentar desvelar estas razões pode ser um bom caminho para nos aproximarmos de alguma compreensão sobre o preconceito contra a orientação sexual e as formas políticas que o debate sobre a homossexualidade assume atualmente.

No amplo escopo de possibilidades dos arranjos sociais, a sexualidade e, especificamente, a homossexualidade, assumiu diversas formas de expressão. Essas formas sempre estiveram intrinsecamente relacionadas às demais dimensões da vida social, contribuindo para a transformação e a manutenção social na produção e reprodução dos valores que constituem a vida coletiva. Nesse sentido, as práticas sexuais não ocorrem à revelia de uma normalização. Em outras palavras, variando em forma, conteúdo e intensidade, as nuances simbólicas que regulam as possibilidades sexuais delimitaram para as práticas homossexuais posições sociais determinadas ao longo da história nas hierarquias sexuais (Rubin, 1984).

Em nossa sociedade, a não heterossexualidade foi gravemente condenada pelo discurso hegemônico, que, influenciado pelo discurso religioso e médico-científico, legitimou instituições e práticas sociais baseadas em um conjunto de valores heteronormativos, os quais levaram à discriminação negativa e à punição de diversos comportamentos sexuais, sob a acusação de crime, pecado ou doença.

De modo específico, mais acentuadamente a partir do século XIX, o corpo e a sexualidade passaram a ser objeto privilegiado das políticas de controle e de moralização da vida social. Articulados com um projeto de sociedade verticalizada e hierárquica, o corpo e o prazer se tornaram campos de luta e de debate político,

revelando formas ideológicas de circunscrição de identidades sexuais e de reconhecimento social.

No século XX, as transformações sociais passaram por um franco processo de aceleração que culminou, a partir dos anos 1950, em uma vertiginosa revisão de valores sociais e morais. A expansão do capitalismo, as grandes guerras, os movimentos contraculturais e os movimentos sociais, a relativização e a flexibilização dos papéis sociais, a crescente consolidação e proliferação do Estado democrático e liberal, associado à globalização (ou transnacionalização) e à ocidentalização do mundo, e a crise das grandes narrativas científicas produziram um cenário amplamente complexo, que nos impossibilita compreender, por um lado, a sexualidade, sem a considerarmos no âmbito do político e, por outro, a política, sem considerarmos suas implicações na sexualidade e na vida privada.

A sexualidade foi um poderoso combustível que impulsionou essa máquina modernizadora, sendo concomitantemente regulada por ela. Nesse contexto, as práticas e sujeitos homossexuais permaneceram posicionados em condições subalternas no discurso hegemônico contemporâneo, fomentando a formação do preconceito contra homossexuais como um importante mecanismo de manutenção de hierarquias sociais, morais e políticas. Estamos chamando de discurso hegemônico aquele discurso capaz de criar formas e práticas de consentimento, de modo a transformar uma experiência particular (neste caso, a experiência heterossexual burguesa) em pretensamente universal, inferiorizando ou invisibilizando quaisquer outras possibilidades da experiência social. Barret (1996) esclarece que “a melhor maneira de entender a hegemonia é como a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção” (p. 238). As práticas sociais baseadas na heteronormatividade constituíram-se, ao longo da história ocidental, em processos capazes da construção de subordinação de outras práticas sexuais e sociais. O que significa não a exclusão das homossexualidades do

cenário social, mas sim a sua subalternidade no interior dos processos hegemônicos.

Todavia, neste nascente século XXI, podemos observar uma visibilidade cada vez maior dos comportamentos não hegemônicos no interior das hierarquias sexuais. Cada vez mais podemos identificar na mídia e em debates públicos a discussão sobre a diversidade sexual. Aos poucos, *gays*, lésbicas, travestis, transexuais entre outros deixam de ser lendas urbanas, anomalias sociais ou sujeitos patologizados, para se tornarem sujeitos políticos, que passam a reivindicar equivalência de direitos implicada muitas vezes pela construção de novos direitos sociais e/ou pela desconstrução de direitos estabelecidos.

Lógico que na grande maioria das vezes, na espetacularização produzida pela mídia, o que importa não é construir uma reflexão sobre esta multiplicidade plástica das sexualidades que diferencia e agrega todos nós. Ao contrário, o que está em questão no mercado midiático é a performance, e quanto mais exagerada, mais caricaturada ela for, mais é capturada pelas câmeras e, seguidamente, pelos telespectadores anônimos espalhados por todas as regiões — quase independentemente de um contexto. Esta espetacularização caricata das sexualidades pode ser identificada tanto na produção ficcional de nossa cultura midiática homogeneizante que reproduz e reforça estereótipos, quanto na veiculação jornalística das aparências, na qual a versão antecede os fatos e, atenuando a diferenciação entre ficção e realidade, dificulta que estas vivências privadas se legitimem como demandas políticas.

Todavia, esse é um debate que tem internacionalmente penetrado a vida coletiva e individual de muitas sociedades. No entanto, no Brasil, o debate e as formas de inserção das homossexualidades na vida política e pública acenam para peculiaridades advindas do próprio processo de formação da sociedade brasileira, bem como das lógicas de modernização impetradas na realidade nacional.

As sexualidades e, em contraponto, as performances sexuadas nunca estiveram tão explicitamente presentes na cena pública como nos últimos tempos, ainda que de forma subalternizada. Quando pensamos a cena pública não estamos reduzindo este mundo à imagem espetacularizada que é construída pelas emissoras de televisão e outros meios de comunicação, mas às variações possíveis da complexa cena pública brasileira, mesmo que ela tenha perdido um pouco do público que lá deveria estar, conforme vários estudiosos vêm denunciando (Chauí, 2000; 2007).

Ainda que a visibilidade e a aparição pública das homossexualidades tenham entrado na agenda social e política, convivemos com o preconceito homofóbico, com um número alarmante de assassinatos de homossexuais,¹ com violações dos direitos sexuais de toda ordem e com a violência institucional que perpassa todas as instituições sociais, econômicas e políticas, sem falar nas educacionais, religiosas e militares (Carrara, Ramos e Caetano, 2003; Carrara et al., 2005; Ramos e Carrara, 2006; Prado, Rodrigues e Machado, 2006).

As homossexualidades estiveram presentes no mundo de formas tão distintas quanto a própria organização cultural e moral na história das sociedades, como veremos no próximo capítulo. Vários estudos que retomam os tempos históricos evidenciam o quanto as homossexualidades sempre foram práticas sociais e sexuais muito presentes na diversidade das experiências humanas.

Sabemos que a sexualidade é um elemento determinante na constituição dos sujeitos, tão necessário quanto o ar que respiramos. No entanto, a sexualidade é o comportamento menos natural dos seres humanos, pois sendo os caminhos de nossa sexualidade os constituidores de formas de expressão, de prazer, de visibilidade e

1. Ver levantamento realizado por Luiz Mott e pelo Grupo Gay da Bahia (Mott, 2000a; 2002).

de relação social, estão por demais recobertos de símbolos, rituais e valores que estruturam e dão coesão às práticas e instituições sociais. Em outras palavras, nossos hábitos sexuais dependem exclusivamente da construção social das relações entre/pelos seres humanos, relações estas que por sua vez não existem em contextos abstratos, mas estão sempre amalgamadas pela concretude de contextos culturais, geopolíticos, padrões morais e posições sociais.

Nesse sentido, não se pode perder de vista que ter determinada prática sexual carrega mais elementos do que simplesmente os comportamentos individuais em si. As diversas práticas sexuais estão historicamente entrelaçadas por relações sociais, identidades sociais e formas de inserção no mundo público.

É neste contexto das relações sociais e institucionais que podemos afirmar que historicamente os homossexuais tornaram-se uma categoria social legitimada por diferentes formas de desigualdade e exclusão social, uma experiência sexual crivada pela experiência social de ter menos direitos sociais. Estas formas de inferiorização transformaram a não heterossexualidade em um problema político, que enseja reconhecimento social na equivalência dos direitos e nas diferenças entre as formas de estabelecimento de relações públicas.

Mais adiante veremos como esta questão tem sido deslocada para o âmbito religioso, médico-jurídico e moral, buscando uma negação do elemento político que aí se instala, por meio de discursos e práticas que colaboraram para a manutenção de uma hierarquia social onde as homossexualidades aparecem como subalternizadas.

Enquanto uma questão política, os direitos sexuais deveriam encontrar formas de práticas e discursos políticos e não morais ou religiosos. Só assim a esfera pública se democratizaria no que diz respeito aos direitos e às formas de participação social, como veremos no capítulo relativo às experiências públicas de enfrentamento do preconceito social através da visibilidade como uma questão política.

Essa discussão sobre a politização em torno das sexualidades interpela um projeto coletivo de sociedade, inaugurando uma tensão entre os âmbitos público e privado da experiência humana. A vivência homossexual é individual e pode ser pensada como uma questão psicológica. Todavia, essa experiência é complexa, se interpenetra na experiência social e constitui elemento identitário de grupos sociais.

Assumimos aqui que as condições de existência dos indivíduos e de seus sofrimentos e alentos estão diretamente implicadas pela qualidade das relações sociais e institucionais que se encontram no contexto histórico e social da vida em sociedade. É nesse sentido que estar em alguma(s) posição(ões) identitária(s), sendo ela homossexual ou não homossexual, significa muito mais do que ter uma prática de parceria sexual com alguém do mesmo sexo, ou mesmo construir um papel sexual, pois esta localização social enseja vários outros aspectos da vida pública, articulando uma infinidade de possibilidades de identificações nos âmbitos público e privado.

Nessa perspectiva, nos cabe esclarecer o uso que faremos do conceito de identidade, já que a discussão sobre homossexualidades, preconceito e espaço público exige tocarmos nas questões referentes à construção de posições sociais e no reconhecimento que daí é possível ser construído. Assim identidade, hegemonia e política nos acompanharão ao longo destas páginas na tentativa de compreender a manutenção de hierarquias sexuais e seus possíveis enfrentamentos.

Identidade aqui é um conceito capaz de expressar a síntese de uma construção social que está implicada por formas de identificação pessoal e grupal, mas também por formas de atribuição social. Assim, falarmos em identidades homossexuais envolve não somente as formas e práticas de exercer a sexualidade, mas suas performances públicas, a construção dos direitos e deveres conquistados, os espaços institucionais ofuscados, as formas específicas de opressão e muitas outras questões que sempre estão circunscritas pela

forma moral e estética concorrente a determinada posição hegemônica de objetivações sociais de indivíduos, grupos e sociedades.

Cada identidade é uma articulação de uma multiplicidade de discursos e práticas sociais que envolvem tanto aspectos simbólicos, como aspectos materiais e concretos da realidade. A identidade não pode ser entendida como algo estável, como algo pronto, mas sim como um processo de identificação em curso (Santos, 2000). Este processo se faz através da articulação cognitivo-emocional que os indivíduos em interação social produzem dos significados e contextos disponíveis, levando a um posicionamento social relativamente estável e provisório que se ancora em autoatribuições e atribuições sociais, que definem sentimentos de pertença grupal e de reconhecimento social.

Uma identidade é um processo ao mesmo tempo individual e coletivo de significações, com implicações psicológicas e sociais. Uma identidade não é outra coisa senão a própria ação na qual se engaja, articulando-se por meio de um conjunto de significados possíveis. Estas articulações não estão dadas. São construções de apreensão possível apenas no movimento em que se constituem, definindo processualmente as posições de sujeito em cada contexto particular, sem, contudo, se descolar do discurso hegemônico.

Menos do que compreender como se estrutura a homossexualidade, do ponto de vista individual e psicológico, bem como as possíveis práticas diferenciadas de sexualidade, refletiremos sobre como a homossexualidade, na pluralidade das identidades, inspira uma luta política por reconhecimento social e por redistribuição contra as inferiorizações dos direitos de cidadania que do ponto de vista público ocorrem nos processos de exclusão social e de desigualdade, e do ponto de vista privado, no sofrimento físico e psicológico que aplaca milhares de cidadãos e cidadãs.

Desde Freud sabemos que a sexualidade é uma dimensão fundamental da constituição do sujeito humano. Assim, se a se-

xualidade nos constitui como sujeitos, suas formas de expressão, de prazer, de visibilidade e de práticas sexuais dependem da construção social de relações entre os seres humanos em seus contextos de interação. As interações sociais, por sua vez, são processos de reconhecimento entre os sujeitos e entre formas institucionais (Honneth, 2003).

Para continuidade deste diálogo, que toma os argumentos acima como princípios, aceitaremos como premissa que a homossexualidade (bem como a heterossexualidade) foi inventada (Katz, 1996). As posições das sexualidades foram sempre sócio-historicamente construídas, o que significa considerarmos que a invenção da sexualidade é uma invenção social, contextual e política, já que enseja conquistar, desenhar, disciplinar uma forma predominantemente mais dominante de ser sexuado no mundo.

Poderíamos dizer então que existem formas políticas que circunscreverão as identidades sexuais, as posições de sujeitos sexuais, sejam elas homossexuais, bissexuais, heterossexuais, transexuais, pansexuais ou outras que as sociedades e a história nos permitam inventar, como seres históricos e sociais que somos. Assim, se a sexualidade é tão natural quanto o ar que respiramos, as identidades sexuais e as práticas das sexualidades não são nada naturais. Construídas através das relações sociais e políticas de um tempo histórico, são caracterizadas como processos históricos que não estão sob a égide da lógica da naturalidade, mas sim da moral e da política.

A homossexualidade se constitui em uma experiência identitária contemporânea construída na tensão entre valores da esfera privada e da esfera pública, problematizando os tênues limites desta divisão moderna. Para refletirmos sobre estas experiências devemos ter em mente as formas de subalternidade humana e seus enfrentamentos a partir das diversas expressões da experiência homossexual no mundo contemporâneo. Sendo assim, não podemos desvincular as experiências não heterossexuais das lógicas públicas de hierarquização dos direitos sociais, pois é exatamente nesse

entrelaçamento que se sustenta a legitimidade do preconceito social, na construção de uma subcidadania ou de uma subalternidade homossexual, como um dos elementos articuladores das identidades individuais. Esta tensão determina, portanto, aquilo que se constitui a experiência de sofrimento e prazer individual, bem como a possibilidade da emergência de embates públicos e privados que interpelam as práticas hegemônicas, na emergência do político nesta esfera da vida humana.

Exatamente por isso, para discutirmos as sexualidades e as orientações sexuais teremos que enfrentar o debate sobre a política na sociedade contemporânea. A sexualidade se torna cada vez mais um elemento pelo qual a política criará consensos morais hegemônicos e, conseqüentemente, dissensos, que provocam o debate e a luta sobre os direitos de igualdade e diferença no campo das disputas políticas e por reconhecimento social. Isto se relaciona a determinadas formas de inserção no espaço público, que denotam um caráter emancipador, quando expressas como elementos capazes de interpelar as objetivações sociais e romper com os limites da compatibilidade das relações sociais (Melucci, 1996). Este é o caso de muitas experiências homossexuais coletivas nos principais centros urbanos, que, ao se constituírem em formas de apropriação de espaços das cidades, muitas vezes guetificados, indicam variadas possibilidades de expressão estética e humana de inserção no espaço público e político. Aqui as conhecidas Paradas do Orgulho GLBT cumprem um papel de extrema importância no enfrentamento das deslegitimações cidadãs, desestabilizando o universo de sociabilidade hegemônico e ampliando, assim, as possibilidades da objetivação social contemporânea.

Mas aqui cabe um parêntese fundamental. Para que possamos compreender os mecanismos, a gênese e as formas de superação do preconceito precisamos definir o que queremos dizer por política. A palavra *política* hoje vem sendo utilizada para tantas afirmativas que corre o risco de não dar sentido a quase nada. Paradoxalmente,

a vulgarização do termo, e seu consequente esvaziamento de sentido, produz seu desgaste exatamente no momento em que a política se torna mais relevante e definidora de nosso cotidiano. Nunca a vida em sociedade exigiu tanto a discussão sobre direitos sociais e formas de reconhecimento humano, e nunca a política foi tão importante para o cotidiano de todos nós.

No campo de debate sobre política vemos que sempre há uma tentativa de circunscrever seus limites. Autores como Heller (1991) já evidenciaram que várias concepções sobre o político, de Schmitt a Arendt, passando por Luckács e Heidegger, sempre tensionam entre a especificidade e a generalidade do conceito.

Nesse sentido, utilizando o pensamento de autores como Laclau e Mouffe (1985), discriminamos três conceitos que organizam e dão sentido a esse universo, através do qual pretendemos abordar a sexualidade:

1. Política como um conjunto de instituições e relações formais públicas que sustentam não só o Estado, mas as próprias ações da sociedade civil. Define-se como um conjunto de regulações, leis, normas e modos institucionais que permitem que um contrato entre os diferentes grupos sociais seja estabelecido, de modo que a Política fala da objetividade, mas, ao mesmo tempo, dá pouca visibilidade do político e da política com “p” minúsculo!
2. O político diz respeito às posições antagônicas que se constituem como formas e tentativas de limitar a objetividade do social, não sendo reguladas pela Política imediatamente, mas se transformam em formas de Política negociada. O político pode ser assim entendido como aquilo que é antissocial, definindo os limites da objetivação social, enquanto a política é definida como as práticas sociais que derivam de antagonismos e conflitos, e que competem por uma nova significação da realidade.
3. E ainda temos a política que aqui adquire o sentido de uniformização e homogeneização. Isto porque existem formas e tentativas de homogeneizar pertenças e sentidos da existência social

humana, que embasam práticas sociais capazes de incluir determinadas identidades, sem, contudo, questionar as hierarquias e os processos de inferiorização dos espaços sociais mais amplos (Prado, 2002).

Dessa forma, as diferenças conceituais estabelecidas merecem articulações, pois não vivemos em sociedade e no modo de ser indivíduos sem a Política, o político e a política. Essa distinção nos permite discutir a democracia como um processo que não exclui de sua dinâmica o conflito (Ferreira, 2004). Jogar luz sobre o conflito nos permite não vislumbrar sua eliminação, mas dar voz às identidades conflitantes para que suas demandas sejam debatidas publicamente e novos conflitos possam emergir, uma vez que, por princípio, uma completa realização da democracia seria impossível (Laclau e Mouffe, 1985). A democracia como um conceito encerra em si este paradoxo, e a perspectiva que apresentamos nos indica a necessidade de sabermos lidar com este paradoxo (Scott, 2005), sem cairmos na tentação de eliminá-lo, nos abrigando sob o conforto de teorias totalizantes. A justiça, por sua vez, passa a ser objeto de debate na medida em que os arranjos democráticos permitem o enfrentamento público de determinadas questões, possibilitando a passagem de uma condição naturalizada das relações de opressão para uma concepção de antagonismo social e a consequente produção de lutas democráticas (Mouffe, 1996; 1988). Esta passagem a que nos referimos pode ser exemplificada pelo fenômeno dos *guetos* nas análises da homossexualidade (MacRae, 1990), como discutiremos mais a frente.

Portanto, as relações entre sexualidade e identidades sexuais não podem ser entendidas, fora do âmbito dos sentidos da política, uma vez que partimos do pressuposto de que há uma construção social da sexualidade, das posições sexuais, das práticas sexuais e das formas de relações que se legitimam no âmbito da política. Podemos então pensar que determinadas sociabilidades e relações

sociais encontrarão espaços controlados e disciplinados pela construção histórica de uma moral expressiva de posições hegemônicas que não somente se coadunam e entrelaçam com outras formas de poderes dominantes, mas também produzem formas institucionais, práticas sociais, pensamentos cotidianos e relações que tendem a tornar invisíveis outras posições que, desde algum ponto, ameaçam a soberania das principais pilastras da moral histórica e politicamente hegemônica, porque inauguram o político. Desse modo, a invenção da não homossexualidade também poderia ser entendida como uma construção sócio-histórica.

A invenção da homossexualidade não foi desinteressada, já que não poderíamos, depois de Foucault e de outros tantos pensadores, achar que alguma invenção poderia ser calcada em um consenso definitivo. Onde vemos menos direitos estão os reclamantes de novos direitos e a possibilidade de denúncia expressa da construção social da subalternidade. Logo, pode-se considerar que as posições sexuais, os significados das inúmeras práticas sexuais e formas de relações daí derivadas foram se instituindo no bojo de uma disputa ideológica por legitimidades que se tornaram mais ou menos consensuais, ainda que muitas vezes este consenso tenha sido construído pela violência que se enseja no próprio ato de sua criação ou mesmo no ato da ausência de outros direitos e da inexistência de seus reconhecimentos.

Em síntese, podemos concluir que as sexualidades se objetivam por meio das relações sociais e estas não existem sem um contexto histórico e político. Desta forma, a objetivação das relações sexuais proclama identidades, formas de apresentar-se, formas de reconhecer-se, e estas exigem não só a construção social de pertencças, mas também a elaboração e a interiorização das atribuições sociais e de direitos.

Ora, estes elementos são a causa e o sintoma de um tempo histórico determinado e, portanto, de ações coletivas e sociais baseadas em determinadas visões de sociedade, de família, de relações

sociais, de educação etc. Logo, se a homossexualidade pode ser entendida como uma questão privada e a política como uma questão pública, estamos em terreno duvidoso, pois aqui elas serão encaradas como pertencentes a um âmbito da privacidade compartilhada (Tejerina, 2005), já que o político pode ter seu germe nascedouro em experiências privadas, as quais, quando compartilhadas, esbarram em formas hegemônicas de demonstração e de (in)visibilidade. Motivo pelo qual a experiência da homossexualidade na história da humanidade sempre esteve contornada por distintas experiências políticas, ora pelo uso do prestígio e do poder, ora pela sua inferiorização.

Isto significa falarmos de uma hierarquização de valores para determinadas práticas sociais compartilhadas que, no bojo da construção social da sexualidade, se tornarão posições hierarquicamente inferiores ou subalternizadas, e que neste texto estamos chamando de hierarquias sexuais (Rubin, 1984), as quais interpelam as identidades sexuadas. Não nos remetemos à questão da inferioridade como classificação, mas sobretudo como menos legítima. Portanto, nos referimos à subcidadania, a menos acesso a direitos e menos novos direitos públicos. Esta subalternidade pode se estender desde a instalação de práticas legalizadas ou ilegalizadas até o menor acesso a políticas públicas, atravessada pelos mecanismos produzidos pelo preconceito. Estes mecanismos, como veremos no Capítulo 3, silenciam a desigualdade dos direitos sociais e sustentam uma inclusão perversa em âmbitos da vida social, como a escola, a família, a saúde, a cultura e as relações sociais, de onde derivam muitos dos sofrimentos experienciados individualmente. Nos termos de Santos (2006), há um misto, portanto, de desigualdade e de exclusão social na gramática do tempo contemporâneo na formação dos preconceitos sociais. Encontramos, assim, a mistura necessária para a instalação e a manutenção social do preconceito, que, por sua vez, está relacionado à diferenciação grupal do ponto de vista psicossocial e político.

O preconceito se instala a partir do momento em que a diferenciação grupal não permite um sentido de comparação que não seja de exclusividade, isto é, uma comparação que exige hierarquização, já que a existência de uma posição ameaça a soberania identitária de outra. Aqui pode-se dizer que o preconceito social é o alimento necessário para tornar invisível as formas subalternas de existência, além de sustentar, com a tentativa de dar coerência a um consenso hegemônico, uma posição hierarquicamente superior. Neste sentido, as práticas homossexuais são invisibilizadas, mas as identidades sexuadas subalternas continuam existindo como possibilidades de enquadramento social e simbólico, servindo como elementos produtores da coesão social, na medida em que, por oposição (ao que é diferente), equalizam um conjunto de valores equivalentes (Laclau, 2005).

Obviamente, esta não é uma questão simples. Há inúmeros trabalhos de excelente nível que enfrentam o dilema da emergência do preconceito ressaltando seus aspectos psicológicos e sociais (Crochik, 1997; Camino et al., 2002). Apesar das inúmeras diferenças entre eles, podemos considerar que a diferenciação grupal do ponto de vista histórico é o início da significação política do distanciamento e da redução simplista que o preconceito promove. O preconceito é um sentimento e um pensamento de simplificação da complexidade que se manifesta no outro. Assim, algumas diferenças assumem concretamente o caráter de desigualdades e algumas desigualdades, o lugar de diferenciações. O sistema de pensamento e ação que torna esta passagem da diferenciação para a desigualdade incomunicável e não nomeável se chama preconceito social. Não por outro motivo, a luta de homossexuais tornou-se uma luta pela visibilidade, pois é a resposta mais adequada a uma subalternidade que se constrói ao se tornar invisível. Não falamos desta invisibilidade, pois ela está fora do âmbito da objetivação social hegemônica ao mesmo tempo em que a mantém como superior. Ou seja, um elemento intrínseco ao preconceito sexual é a prática

do silêncio e da dissimulação. As formas de enfrentamento deste preconceito podem ser muitas, e temos visto na contemporaneidade que as ações dos movimentos GLBTs são bons exemplos. No entanto, independente da variação destes enfrentamentos, o que aqui se coloca é como criar um conjunto de ações, práticas sociais e discursos capazes de denunciar, na passagem da diferenciação para a desigualdade e da desigualdade para diferenciação, a ordem histórica e social que foi ocultada pelos mecanismos do preconceito e da naturalização.

A base de afirmação do preconceito se sustenta nas práticas cotidianas, que, informadas pelas lógicas de poder exclusivo e pela noção de direitos substancial, sustentam a naturalização do significado da diferenciação grupal. Assim, a homossexualidade encontra no mundo público contemporâneo alguns impasses, já que, para aparecer no mundo público como uma posição sexual com direitos iguais, necessita desconstruir uma rede de significações, definidas por um padrão dominante de sujeitos que historicamente estiveram a ela associadas. A não heterossexualidade, a partir desta leitura, se tornou muito mais do que ela fora um dia. Ou seja, deixou de ser uma forma de prática da sexualidade e passou a ser, com o decorrer do tempo, uma questão religiosa, uma lógica de relação, um caráter psicológico, uma posição política e uma política de identidade.

Assim, o que nos afeta hoje é menos o que é a homossexualidade, mas o que ela se tornou, sendo implicada por estas diferentes lógicas e pela relação entre as experiências privada e pública da sexualidade. A hegemonia moral da heterossexualidade burguesa transformou a própria em uma posição sexual de sujeitos. É com este espírito que a cena pública brasileira convive, ainda que sem qualquer cuidado, com um novo sujeito político que emerge no Brasil dos anos 1980: o homossexual, que pode nem ter práticas homossexuais, mas é afetado pela posição da homossexualidade na constituição da hegemonia não homossexual.

Até aqui vimos que a homossexualidade enquanto uma prática sexual pode ser considerada uma questão privada, mas as identidades homossexuais engendradas nas privacidades compartilhadas (Tejerina, 2005) tornam-se questões públicas, pois advêm das atribuições sociais e dos sentimentos de pertença de uma hierarquia de subalternidades. Assim, a homossexualidade passa a ser uma questão de luta política por reconhecimento de direitos, já que está aí instalado, no mundo público, um silêncio que, na verdade, se constitui como um desperdício das experiências possíveis ao fenômeno humano (Santos, 2002), pois só encontra legitimidade social na inferiorização dos direitos e na negação da validade da própria experiência.

Uma vez que estas experiências desperdiçadas não encontram respaldo simbólico nem para sua legitimidade nem para a sua subalternidade, o que fundamentaria então o nosso argumento de que as diferenças sexuais não devem se tornar uma opressão pública e privada, constituindo-se como subcidadania no campo dos direitos? A resposta que lançamos foi muito bem colocada por Santos (2003), ao afirmar que devemos lutar pela igualdade quando as diferenças nos inferiorizam e pela diferença quando a igualdade nos homogeneiza. Está então lançado o desafio das lutas contemporâneas.

Para compreendermos algumas nuances da construção deste discurso hegemônico e, conseqüentemente, da emergência e do fortalecimento dos discursos contra-hegemônicos, delinearemos uma trajetória histórica, nos próximos capítulos, dos debates sobre as homossexualidades e de alguns dos importantes estudos GLBTs. Veremos como este debate se tornou uma expressão importante da construção social das posições e práticas identitárias homossexuais, e como vários discursos deslocaram a sexualidade para o campo da moral e da ciência, transformando versões particulares, ideológicas, em verdades absolutas, que operavam — e muitas ainda operam — legitimadas/legitimando instituições sociais e lugares de poder, instituindo/colaborando para as subalternidades sexuais de milhões de pessoas.